

**REPENSANDO A VINCULAÇÃO
ENTRE FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO**

Ana Paula B. Vieira da Silva^{*}

Giselle de Athayde Massi^{**}

Este texto artigo tem por objetivo explicitar ao fonoaudiólogo a relevância de se refletir sobre questões que caracterizam a relação entre fonoaudiologia e educação, enfatizando uma discussão acerca dos chamados distúrbios da aprendizagem/linguagem, uma vez que estes têm justificado historicamente a vinculação entre estas áreas. Ressaltamos que tais distúrbios não serão considerados como problemas individuais, mas, antes disso, entendidos à luz de aspectos socioculturais envolvidos com o processo de ensino/aprendizagem.

* Doutoranda pelo Programa de História da PUC-SP, professora dos cursos de graduação em Fonoaudiologia e de mestrado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná.

** Mestre em Lingüística pela Universidade Federal do Paraná – Curitiba, professora dos cursos em Fonoaudiologia e de mestrado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná – Curitiba.

Cabe dizer que, embora a escola represente uma das principais instituições na definição do padrão, dos usos e valores da linguagem oral e escrita, não tem sido priorizada, no processo de formação do fonoaudiólogo, uma reflexão sobre o papel que a escola assume perante o seu principal objeto de estudo e trabalho: a linguagem. Desta situação surgem questionamentos acerca do conhecimento que os fonoaudiólogos têm sobre o ensino e, da mesma forma, sobre o tipo de relação/compromisso que vêm estabelecendo com o mesmo.

Esses questionamentos ganham destaque e tornam-se preocupantes ao verificarmos que a estreita relação entre a Fonoaudiologia e Educação, historicamente constituída, tem sido marcada pela forte influência que concepções de aprendizado e de linguagem, veiculadas pelo ensino, exercem sobre as práticas fonoaudiológicas.

Nesse sentido podemos destacar o método fonético, utilizado tradicionalmente no processo de alfabetização, que pressupõe uma correspondência entre o oral e o escrito. Tal método trata a escrita como transcrição da oralidade, entendendo que o sujeito deve isolar e reconhecer os diferentes fonemas auditivamente para, posteriormente, relacioná-los com símbolos gráficos. Subjacente a este método, a linguagem é concebida como um instrumento de comunicação pronto e acabado, que deve ser ensinado pelo professor e aprendido pelos alunos, desconsiderando o caráter constitutivo da mesma, explicitado nas palavras de Franchi (1992, p.25),

antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéia, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

Embora a concepção de linguagem como atividade constitutiva esteja presente nas discussões e reflexões das áreas da educação e da fonoaudiologia, podemos notar um predomínio da noção de linguagem como código externo aos sujeitos, exercendo forte influência sobre as práticas fonoaudiológicas.

Além de esta influência justificar uma análise crítica, por parte dos fonoaudiólogos, acerca dos pressupostos norteadores de seus conhecimentos e práticas, podemos acompanhar ainda que estes profissionais, direta ou indiretamente, encontram-se constantemente emitindo valores, construindo representações e, por último, posicionando-se em relação ao sistema de ensino

vigente. Tal fato reforça a necessidade de o fonoaudiólogo comprometer-se com o estudo dos aspectos que caracterizam o processo de ensino/aprendizagem, analisando criticamente seus posicionamentos e suas práticas ante o mesmo.

Essa relação, embora pouco discutida e analisada, pode ser apreendida tanto a partir da atuação clínica como nas propostas de intervenção direta do fonoaudiólogo no universo escolar.

No primeiro caso, a maior parte dos fonoaudiólogos se vê comprometida e/ou solicitada a manter contatos freqüentes com instituições escolares, por diferentes razões. Dentre elas:

- pelo fato de este profissional considerar o processo de escolarização determinante na formação de hábitos, valores e, principalmente, na construção e uso que o sujeito faz da linguagem. Neste caso, o reconhecimento da instituição escolar como tendo papel de destaque na vida das pessoas não só pressupõe que o fonoaudiólogo analise criticamente as condições de ensino/aprendizagem, como muitas vezes o leva a se posicionar, junto aos pacientes e seus familiares, sobre procedimentos e opções educacionais;

- por ser a escola uma das principais instituições que classificam e encaminham crianças portadoras dos chamados distúrbios de aprendizagem e/ou linguagem oral/escrita para atendimento fonoaudiológico, interferindo diretamente na efetivação do processo terapêutico.

Já no segundo caso, quanto à intervenção do fonoaudiólogo nas instituições escolares, sejam elas públicas ou privadas, comuns ou especiais, o papel do fonoaudiólogo tem sido, predominantemente, o de:

- detectar, por meio de triagens, crianças com problemas de linguagem oral/escrita e/ou audição, realizando encaminhamento para a clínica fonoaudiológica;

- orientar professores para detectarem distúrbios de linguagem oral/escrita;

- instrumentalizar professores quanto às técnicas e estratégias de estimulação da linguagem e quanto à prevenção de problemas da linguagem oral/escrita, para serem aplicadas em atividades escolares.

Entendemos que a preocupação com os distúrbios de aprendizagem/linguagem tem sido a via de acesso dos fonoaudiólogos à instituição escolar¹.

1 Sobre esse aspecto ver Scavazza (1987) e Berberian (1995).

Primeiro, porque tais distúrbios têm sido identificados como uma das principais causas do fracasso escolar; segundo, porque o fonoaudiólogo é apontado como um dos profissionais responsáveis pela sua identificação e eliminação.

Na medida em que os distúrbios de aprendizagem/linguagem têm desempenhado um papel importante para as áreas fonoaudiológicas e educacional, ora por serem utilizados para tirarem da escola a responsabilidade por seus insucessos, ora para valorizarem a intervenção fonoaudiológica, torna-se fundamental questionar os critérios utilizados para a classificação desses distúrbios e, da mesma forma, compreender o quanto esta classificação define e interfere no tipo de relação existente entre profissionais da educação e da fonoaudiologia. Cabe ao fonoaudiólogo – ao compactuar com a idéia de que a sua intervenção na educação deve contribuir com a eliminação dos distúrbios de linguagem apontados como “um dos males” que justifica os graves problemas educacionais – analisar criticamente o papel que assume nesse contexto.

Entendemos que esse tipo de vinculação entre a Fonoaudiologia e a Educação assume dimensões diversas. Por um lado, leva-se em conta que os motivos da evasão e repetência escolares não se justificam por falhas atribuídas à criança, uma vez que tais falhas estariam na própria escola e no contexto social na qual está inserida. Por outro lado, considerar-se como natural e inquestionável a relação de causa e efeito entre os chamados distúrbios da comunicação e o fracasso escolar, como se este problema fosse apenas decorrente de carências culturais, lingüísticas, entre outras, apresentadas pelos alunos e por suas famílias. Neste caso desqualificam-se as potencialidades cognitivas e lingüísticas de crianças, julgando-as, erroneamente, em função de uma norma baseada no comportamento das classes socioeconomicamente privilegiadas. Com base nesta última visão, o padrão de normalidade – adotado por vários fonoaudiólogos e educadores – valoriza a linguagem de um grupo restrito da sociedade, desqualificando as demais formas de expressão e comunicação da população.

Cabe ainda, mesmo que brevemente, apontarmos para o fato de que as dificuldades e os distúrbios de linguagem oral/escrita, definidos como uma das principais causas do fracasso escolar, não atingem exclusivamente os indivíduos “carentes”. Podemos notar que pessoas inseridas no sistema particular de ensino, apesar de não sofrerem carências socioeconômicas e “lingüísticas”, não estão livres de apresentar problemas de aprendizagem/linguagem. É grande o

número de crianças, envolvidas na rede particular de ensino, que buscam sanar dificuldades em clínicas fonoaudiológicas.

Neste sentido, percebemos que crianças de diferentes classes socioeconômicas acabam por se alfabetizar tecnicamente, ou seja, são capazes de codificar e decodificar o sistema lingüístico, mas encontram dificuldades em compreender o que lêem, assim como não costumam posicionar-se ou expressar-se por meio da linguagem escrita.

Consideramos que os problemas lingüísticos, em geral, são decorrentes da falta de clareza a respeito da natureza e do papel social da linguagem, na medida em que oralidade e escrita não são tratadas como elementos de compreensão e construção da realidade. Esta postura se evidencia, sobretudo, em condutas educacionais dos sistemas público e privado de ensino, que reduzem a linguagem a um instrumento de comunicação – um código encerrado em si mesmo² – sendo a escrita tratada como transcrição da oralidade.

Articulada a esta visão, que obscurece a especificidade e distinção entre as modalidades de linguagem oral e escrita – impossibilitando uma relação significativa com ambas –, verificamos diversos procedimentos educacionais e fonoaudiológicos que restringem a escrita ao uso escolar. Da mesma forma, atribuem à “fala” uma conotação negativa, na medida em que desvinculam a linguagem oral do processo de constituição do conhecimento³ e identificam a eficiência e a produtividade do ensino/aprendizagem na figura do aluno “quietinho” – capaz de codificar e decodificar símbolos lingüísticos –, na figura da classe silenciosa e, por último, na figura do professor que impõe disciplina.

Esperamos, a partir destas breves considerações, apontar para a perspectiva de que o desconhecimento dos valores, significados e usos sociais da linguagem, por parte de profissionais – especificamente educadores e fonoaudiológicos –, são determinantes na configuração dos problemas e dos chamados distúrbios de linguagem/aprendizagem. Por fim, ressaltamos a necessidade de analisarmos tais problemas a partir de aspectos socioeconômico-culturais.

2 Sobre concepções de linguagem, ver Massi (1997).

3 Com relação à linguagem como atividade constitutiva, ver Franchi (1992).

Resumo

Este artigo parte do pressuposto de que existe uma estreita vinculação entre a fonoaudiologia e a educação. Dessa forma, pretende refletir sobre a natureza desta vinculação, considerando que os chamados distúrbios de linguagem/aprendizagem carecem de uma análise crítica, que englobe aspectos sócio-culturais. Chamamos atenção para o fato de que as dificuldades lingüísticas e/ou de aprendizagem podem ser decorrentes da descaracterização da linguagem, de seus significados e usos.

Abstract

This paper is based on the presupposition that there is a close relationship between speech therapy and education. Therefore, it explores the nature of this relationship, considering that the so-called language / learning disabilities need a critical analysis which encompasses social-cultural aspects. We emphasize the fact that linguistic and / or learning difficulties can be a consequence of the loss of characterization of the language, of its meaning and usage.

Referências bibliográficas

- BERBERIAN, A. P. (1995). *Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico*. São Paulo, Plexus.
- FRANCHI, C. (1992). Linguagem – Atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 22, pp. 9-39.
- GERALDI, J.W. (1995). *Portos de passagem*. São Paulo, Martins Fontes.
- MASSI, G.A.A. (1997). *Linguagem e paralisia cerebral: um estudo de caso do desenvolvimento da narrativa*. Dissertação de mestrado, Curitiba, UFPR, Curitiba.
- SCAVAZZA, B. L. (1987). *Sobre a ameaça de falar*. Tese de doutorado, São Paulo, PUC-SP.

Recebido em set/98; aprovado em nov/98